



CNTV participa de mais um Ato contra a reforma previdenciária no Senado Federal



Os diretores da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, participaram de mais um ato político contra a Reforma da Previdência. A atividade foi organizada pelo Senador Paulo Paim (PT/RS) e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, o evento trouxe centenas de trabalhadores ao Auditório Petrônio Portela.

Manifestaram-se pela CNTV, o presidente José Boaventura Santos e o Diretor de Assuntos Parlamentares e Deputado Distrital, Chico Vigilante. Os dois em um discurso afinado disseram que o momento é de mobilização se quisermos sair vitoriosos e abordarmos cada um dos senadores para dialogarmos e convencê-los de que essa reforma é nociva.



E, para os vigilantes, vai ser especialmente mais cruel porque teremos retirado o direito à aposentadoria especial com 25 anos de serviço.

É preciso, efetivamente, sair do discurso e partir para a prática, uma vez que, a única forma de incomodar os governos, é com os trabalhadores nas ruas.

Fonte: Chico Vigilante - Deputado distrital (PT) com alterações da CNTV

Em Brasília, CUT, centrais e movimentos sociais lutam para barrar reforma

Nos dias 7 e 20 de setembro serão realizados atos nacionais e internacionais para denunciar os ataques aos direitos dos trabalhadores e a destruição do país patrocinados pelo governo Bolsonaro



Representantes da CUT e demais centrais junto com movimentos sociais que formam as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo estão em Brasília esta semana para fazer o enfrentamento contra a reforma da Previdência, que dificulta o acesso à aposentadoria e reduz o valor do benefício, entre outras perversidades contra a classe trabalhadora.

As lideranças da CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB, CSP Conlutas, Intersindical e Nova Central Sindical e CGTB estão conversando com os senadores e pressionando-os para votar em defesa da classe trabalhadora.

A atividade faz parte da agenda de mobilizações contra a reforma aprovada na Câmara dos Deputados em julho e em tramitação no Senado. As centrais também vão denunciar os ataques contra os direitos de trabalhadores e trabalhadoras na mobilização do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro.

E no dia 20, será realizado o um dia nacional de manifestações em defesa da previdência pública, da educação, do meio ambiente e da soberania nacional. O objetivo é convergir com o dia internacional de lutas ambientais, em defesa da Amazônia e do clima e ampliar as bandeiras como as lutas por direitos, em defesa da previdência, da educação, da soberania e contra as privatizações.

Ainda dá tempo de virar

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresenta nesta quarta-feira (4) a complementação do parecer lido na semana passada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. A ideia do governo de Jair Bolsonaro (PSL) é de que a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 006/2019) da “reforma” da Previdência aconteça até 10 de outubro, mas a classe trabalhadora continuará lutando.

É nisso que acredita firmemente o presidente da CUT, Vagner Freitas, que está participando nesta terça-feira (03) da Audiência Pública sobre “Previdência e Trabalho” na Comissão de Direitos Humanos (CDH) no Senado. De acordo com ele o Senado não pode se limitar ao papel de homologador do que os deputados decidem. “Cabe ao Senado Federal aprofundar e refazer o

debate que vem da Câmara porque, segundo a Constituição, esta Casa tem função de revisora e não de um cartório de homologação”.

Vagner chamou a atenção para os efeitos negativos para a economia, a perversidade contra as viúvas que, pelo que foi aprovado na Câmara não terão direito a pensão integral deixada pelo marido e o total desconhecimento do governo sobre a realidade do país, onde muitos não vivem até os 65 anos, muito menos conseguem ficar empregados durante toda a vida laboral.

“O que foi feito na reforma da Previdência na Câmara dos Deputados arreventa a economia deste país e é um assalto ao bolso do trabalhador brasileiro e as pensionistas”.

Para o dirigente, o governo “desconhece que trabalhador e trabalhadora não vive até 65 anos de idade nas regiões mais pobres do país e não vai conseguir comprovar 40 anos de contribuição por que não tem emprego formal no Brasil”.

Vagner lembra em seu discurso que é fundamental este processo de enfrentamento e luta nas ruas e no Congresso Nacional. Segundo ele, a reforma só não está pior porque, com a atuação sindical no Congresso e a luta nas ruas, “impedimos várias atrocidades maiores que eles queriam fazer contra os rurais”, exemplificou.

O presidente da CUT ressaltou ainda a vitória contra a desconstitucionalização de todo processo previdenciário que colocaria vários itens para serem regulamentados por lei ordinária e aprovado “por meia dúzia de deputados”.

Além disso, Vagner lembrou que foi com luta que os movimentos sindical e social impediram que a capitalização da Previdência permanecesse no texto aprovado pela Câmara. De acordo com ele, essa medida seria o pagamento “que a banca [banqueiros] quis quando elegeu Bolsonaro, [Paulo] Guedes e

[Sérgio] Moro, essa trinca da maldade que governa o Brasil hoje”, disse se referindo ao ministro da Economia e ao da Justiça.

Para Vagner, “é mentira que o Brasil precise fazer uma reforma da Previdência” para melhorar a economia. “É falácia, a economia está paralisada”.

“O Brasil precisa de geração de emprego e renda com carteira assinada e não transformar o emprego em bico que é o que como eles fizeram agora. O Brasil precisa de um estado voltado para o interesse do cidadão e não voltado de meia dúzia de grupos econômicos que querem transformar o Brasil num quintal das multinacionais. O Brasil precisa de uma nova ordem econômica e política”, disse Vagner Freitas que foi bastante aplaudido pelo público presente no auditório Petrônio Portela, onde foi realizada a audiência pública previdência e trabalho na manhã desta terça-feira (3).

O presidente da CUT concluiu o seu discurso dizendo que pelos direitos da classe trabalhadora, pela relação comercial com os países do mundo inteiro, pelo meio ambiente e pela soberania nacional o Brasil precisa de Lula livre.

“Por tudo isso nós temos de falar Lula livre. Primeiro porque ele é inocente. E também porque ele tem de estar livre para capitanear a resistência do povo Brasil, pela soberania nacional em defesa dos nossos interesses públicos, empregos, Previdência e legislação sindical”, concluiu Vagner.

Tem mais luta em 24 de setembro

Ainda como parte da agenda de lutas do movimento sindical, o dia 24 de setembro, data prevista, até agora, para votação da Reforma da Previdência no plenário do Senado Federal, será um dia fundamental para pressionar os parlamentares contra a votação da reforma.

Fonte: CUT

ESPIRITO SANTO

SINDSEG-GV/ES participa de Fórum Estadual da Liberdade Sindical



Nesta quarta-feira (28), o SINDSEG/GV-ES participou do encontro do Fórum Estadual de “Promoção da Liberdade e Sindical” (nome provisório) no Ministério Público do Trabalho. O diretor Weliton Silva representou o sindicato no evento.

Na ocasião, o procurador Dr. João Hilário, destacou que a finalidade do encontro é dar prosseguimento aos temas tratados no Fórum e, em especial, discutir e definir estratégias de atuação em face da Reforma da Previdência MP 881-2019

Fonte: SINDSEG GV/ES

ALAGOAS

Reunião de Diretoria do Sindicato de Alagoas define pauta de lutas



No dia 31 de agosto, na sede do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, aconteceu reunião do conselho deliberativo da entidade, onde por consenso foi definida a pauta de lutas para os próximos meses. A diretoria definiu como prioridades no momento: a preparação da campanha salarial 2020, aprovação do estatuto da segurança privada, luta pela manutenção da

aposentadoria especial, reforma da previdência e reforma trabalhista. A reunião contou com a presença do Deputado Federal Paulão do PT, que analisou a conjuntura política do Brasil e as dificuldades que a classe trabalhadora vai ter com esse governo.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

Assembleia Legislativa promulga lei da segurança bancária em MT



O governador Mauro Mendes (DEM) sancionou no último dia 20, a Lei 10.930/2019 que obriga bancos e instituições financeiras a instalarem dispositivos de segurança em suas agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. A exigência é fruto do Projeto de Lei 565/2017, de autoria do deputado estadual Valdir Barranco (PT-MT), construído com o apoio do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso.

Nesta segunda-feira (26), Barranco esteve na sede do Sindicato para levar a boa nova. “A legislação estadual está baseado na lei municipal 5.687/2013, do ex-vereador Arilson da Silva (PT-MT). Na capital, sua implantação ajudou a reduzir em 80% os crimes conhecidos como saidinha de banco. Portanto, a lei que já havia sido copiada por outros municípios, precisava valer em todo o estado. O governador chegou a vetar o projeto (PL 565/2017), mas a Assembleia derrubou o veto (16/07/2019) e agora instituições financeiras e bancos têm 120 dias para cumprir a lei e dar mais segurança a seus trabalhadores e a toda a sociedade”, explicou o deputado.

A “lei estadual da segurança bancária” determina que bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança e cooperativas singulares de crédito sejam equipadas com portas de segurança em todos os acessos públicos (incluindo o espaço de autoatendimento). Todas devem ter detector

de metais, travamento e retorno automáticos e vidros laminados resistentes à bala de calibre até 45 milímetros.

Além disso, as instituições devem dispor de sistema de monitoramento eletrônico dotado de câmeras de alta resolução e precisa estar ligado à baterias que mantenham seu funcionamento integral mesmo em caso de falta de energia elétrica. As imagens devem ser enviadas à uma central de controle externa, como o sistema do CIOSP (Centro Integrado de Operações de Segurança Pública).

“Todos os locais de acesso público devem ser monitorados 24 horas por dia (áreas de espera, caixas, terminais de autoatendimento, calçadas externas e estacionamento) para garantirmos mais segurança à sociedade.”

A nova legislação também prevê a instalação de divisórias opacas entre os caixas e terminais eletrônicos, além de biombos entre as filas de espera e guichês de atendimento. Terminais de autoatendimento devem ser monitorados por vigilantes armados e pelo circuito de interno. Após a publicação da Lei, bancos e instituições financeiras terão o prazo de 120 dias para se adequarem as novas exigências sob pena de multa e até mesmo de interdição por parte do estado.

“Os bancos nunca estiveram preocupados com segurança e sempre se esquivaram da responsabilidade social, embora nenhum lucro possa ser maior do que a proteção da população e dos trabalhadores do sistema financeiro. Com esta nova lei eles terão de se adequar. Agradecemos e parabenizamos o deputado Valdir Barranco por sua luta e por atender mais esta demanda social. Agora é cobrar implantação da Lei e o respeito à legislação”, disse o presidente do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (Seeb/MT), Clodoaldo Barbosa.

Fonte: Mato Grosso Mais

CUT e Dieese lançam cartilha sobre efeitos da MP que mexe no FGTS



PONTO a PONTO
MP 889

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA MEDIDA
PROVISÓRIA QUE MEXE NO SEU FGTS

DIEESE CUT

A medida provisória (MP 889/2019) que altera as regras de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já está valendo. Criada pelo presidente Jair Bolsonaro, a MP ainda não é de amplo conhecimento da classe trabalhadora, principal atingida com a proposta. Com objetivo de explicar o que é a medida e suas consequências, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e a CUT lançaram a cartilha digital “Ponto a ponto: MP 889, o que está por trás da medida provisória que mexe no seu FGTS”.

“A MP 889 traz pontos que precisam ser muito bem explicados, questões que a princípio parecem ser vantajosas para o trabalhador, mas que podem trazer prejuízos individuais e coletivos graves. São nessas questões que a cartilha se debruça”, explica o técnico do Dieese Alexandre Ferraz, responsável pela pesquisa e redação da cartilha.

Um dos principais pontos da cartilha do Dieese e da CUT é o saque-aniversário.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Vendida como uma proposta vantajosa para o contribuinte, a nova modalidade permite saque de parte do saldo do FGTS (baseado em uma tabela) no mês do aniversário do contribuinte. Em contrapartida, caso o trabalhador seja demitido sem justa causa, ele não terá acesso ao resgate. “O trabalhador de menor renda, alocado em empregos precários e com alta rotatividade, não se beneficiará dessa modalidade”, afirma trecho da cartilha do Dieese e da CUT.

A MP ainda pode gerar sérios prejuízos econômicos para o Brasil, com a inviabilização de programa como o Minha Casa Minha Vida, além de afetar outras áreas como saneamento básico e transporte. “Mais uma vez, o governo faz uma sinalização para aumentar o lucro dos bancos ao reduzir o financiamento habitacional subsidiado com os recursos do FGTS. Além disso, a MP ainda tem potencial para permitir que, através do saque-aniversário, os bancos se apropriem dos recursos do trabalhador depositados no FGTS”, alerta o texto do da cartilha.

A MP 889 está em tramitação no Congresso Nacional e perderá a validade caso não seja aprovada até dia 20 de novembro.

Clique no link: <http://www.cutbrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/08/cartilha-A5-dieese-cut.pdf> para acessar a cartilha “Ponto a ponto: MP 889, o que está por trás da medida provisória que mexe no seu FGTS”

Fonte: Vanessa Galassi, da CUT Brasília

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF